

**CONFERÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO
“INVESTIMENTO EMPRESARIAL E O CRESCIMENTO DA
ECONOMIA PORTUGUESA”**

Sessão de Abertura

Sexta, 15 de dezembro de 2017 | 15h30

Fundação Calouste Gulbenkian, Auditório 2

Senhor Ministro da Economia (*Prof. Doutor Manuel Caldeira Cabral*)

Senhor Reitor da Universidade do Minho (*Prof. Doutor Rui Vieira de Castro*)

Caro Doutor Artur Santos Silva

Caro Presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Prof. Doutor Francisco José Alves Coelho Veiga (*por confirmar*)

Caro Prof. Doutor António Cunha (*antigo Reitor da Universidade do Minho*)

Caro Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio

Caro Prof. Fernando Alexandre, coordenador do Estudo

Caros autores do Estudo

Ilustres Conferencistas e participantes na conferência

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo por agradecer à Universidade do Minho, em particular ao Professor Fernando Alexandre, por toda a recetividade e disponibilidade na organização desta Conferência.

Não posso deixar de relembrar que este projeto resultou de um encontro entre as inquietações do Senhor Presidente da República - que se reunirá a nós em breve - relativas à importância da promoção de um maior e sustentado crescimento em Portugal, e a agenda da Fundação Calouste Gulbenkian no domínio das políticas públicas no País, que deu lugar a uma Conferência realizada em 2014, e que evidenciou a necessidade de promover o aumento do investimento privado, considerando-o uma das variáveis fundamentais para a criação de emprego, assim como de um crescimento sustentável.

Para ir mais longe na análise que o nosso Presidente da República assinalou como determinante para o futuro do País, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu desafiar todas as universidades portuguesas a apresentarem uma proposta de estudo sobre o Investimento, cuja realização ficou à responsabilidade de um consórcio formado pelas Faculdades de Economia das Universidades do Minho e de Coimbra.



Os autores deste estudo estão, naturalmente, todos de Parabéns pelo nível de excelência com que desenvolveram este trabalho. Tenho a dizer que, do lado da Fundação, coube ao Doutor Artur Santos Silva, meu ilustre antecessor, o acompanhamento do trabalho, o que fez com um entusiasmo contagiante, que envolveu Colegas e Colaboradores.

Permitam-me umas breves reflexões.

Portugal é uma economia de média dimensão, quer a nível mundial, quer a nível europeu. Embora pertença ao continente mais desenvolvido, o país tem uma posição menos favorável dentro deste continente, nomeadamente no seu desenvolvimento, medido quer pelo PIB *per capita*, quer pelo índice de desenvolvimento humano, situando-se na cauda da distribuição.

Depois de uma acentuada convergência durante a década de 1960, com um substancial salto na produtividade, que acompanhou a saída da agricultura, e uma convergência menos acentuada, mas ainda assim digna de nota, após a adesão à então Comunidade Económica Europeia, a economia



portuguesa desacelerou significativamente o seu crescimento após a adesão à moeda única.

Com a recessão devida ao ajustamento provocado pelos excessos e consequentes desequilíbrios macroeconómicos acumulados até então, o PIB *per capita* do país, em termos reais, estava no final de 2016 no mesmo nível que estava 10 anos antes. Por outro lado, e para encontrar uma década de pior crescimento acumulado, teríamos que recuar ao final da primeira guerra mundial.

Neste sentido, torna-se fundamental encontrar não apenas uma **explicação** mas igualmente um **remédio**, isto se quisermos voltar a convergir mais rapidamente para os melhores níveis de vida do continente a que pertencemos. Ou se desejarmos melhorar as perspetivas de vida dos nossos filhos e netos, como é nossa obrigação.

O estudo que agora vai ser apresentado procura responder a esse desafio, contextualizando diversos problemas com que a economia portuguesa se tem confrontado.

A taxa de poupança tem-se comportado nos antípodas do que seria de esperar de uma demografia desfavorável – em crescente envelhecimento e em prospetiva contração –, deixando a sociedade confrontada, por um lado, com uma insuficiência de capital próprio para financiar as necessidades de investimento que a retoma de um crescimento saudável requer, e, por outro, com um prospetivo problema distributivo à medida que o rácio entre potenciais consumidores orçamentais e potenciais contribuintes se deteriora.

O investimento em Portugal¹, na componente Formação Bruta de capital fixo, cresceu 10% no primeiro semestre de 2017, representando uma forte aceleração face ao segundo semestre de 2016, para o qual contribuiu a componente de construção. No entanto, o nível de investimento continua bastante abaixo do registado antes da crise financeira. Quanto ao Investimento Direto Estrangeiro², “2016 foi o ano com maior número de projetos de investimento estrangeiro em Portugal”. Porém ainda não atingiu os valores mais elevados que se registaram em 2012, existindo ainda um longo caminho na recuperação do investimento em Portugal.

¹ Banco de Portugal (2017), *Boletim Económico – Outubro 2017*.

² AICEP Portugal Global (2017), *Portugal – Fica País – Outubro de 2017*.

As qualificações dos recursos humanos continuam ainda insuficientes e comparam desfavoravelmente com a maior parte da Europa. Temos universidades excelentes, que produzem jovens qualificados ao melhor nível e temos jovens cientistas que todos os dias se destacam mundialmente. Mas não nos podemos esquecer que 11% da população com 15 anos ou mais não tem qualquer nível de escolaridade e só 12% completou o ensino superior. Recentemente, também soubemos que aumentou o abandono escolar, o que não era expectável.

As políticas públicas enviesaram a economia em favor dos sectores protegidos da concorrência internacional, com menor potencial de crescimento da produtividade, e que, separando a rentabilidade financeira da produtividade económica, distorceu os incentivos económicos e fez confundir resultados financeiros com eficiência económica, criando rendas injustificadas e sacrificando o potencial competitivo da economia.

Acumularam-se dívidas, no Estado e na economia em geral, sobretudo para com o exterior, que são hoje uma poderosa restrição da autonomia estratégica do país, uma condicionante

do seu crescimento, e um crescente sorvedouro de recursos necessários para o processo redistributivo.

Em suma, temos uma série de insuficiências e de lacunas que teremos que corrigir, se quisermos inverter o caminho descendente da última década e meia e criar condições para um futuro melhor para os nossos filhos e netos, como já referi. Este estudo dá certamente muitas pistas úteis e interessantes, mas vai ser preciso mais do que isso.

Vai ser preciso passar à ação e essa será a tarefa mais complicada. Desde logo porque toca em interesses. Uma coisa é uma análise racional sobre um problema, outra coisa é esse problema visto da perspectiva dos vários interesses que envolve. Por isso, o que é um problema para uns e mesmo para a sociedade como um todo, para outros é uma situação conveniente que não quererão alterar. Logo, nem toda a gente estará interessada em mudar o *status quo*.

Neste confronto, entre os favoráveis à mudança e os seus opositores, é normalmente mais fácil aos opositores do que aos favoráveis mobilizarem recursos eficazes para os seus propósitos. Por um lado, porque têm mais recursos



concentrados; por outro, porque, sendo menos em número, têm mais a perder individualmente, tornando-se mais coesos na defesa dos seus interesses.

Por isso, o grande desafio das mudanças tem que ser assumido pela sociedade civil, o que reconheço não ser fácil, quer pela falta de experiência organizativa, quer pela atávica falta de empenhamento cívico que nos caracteriza, enquanto sociedade, quer ainda pela dificuldade de mobilização dos recursos financeiros que os passos que atrás expliquei precisam.

Há um provérbio que diz que uma árvore leva trinta anos a dar sombra, mas só depois de ser plantada. O que significa que as mudanças podem levar muito tempo a dar frutos, mas só os dão se forem postas em prática. E a razão que me leva a invocar este provérbio é que se queremos que a sociedade civil se torne mais atuante e seja mais eficaz, temos que começar a agir nesse sentido, mesmo que o resultado leve muito tempo a sentir-se.

Esta é, pois, a leitura do desafio que a apresentação deste estudo nos coloca e a interpelação que nos faz. O estudo está feito. Conseguiremos, como sociedade, mobilizar as forças necessárias para reformar o que é preciso? Conseguirão os



partidos políticos passar da retórica imediatista para a ação reformista que é necessária para sairmos da cauda da Europa? Conseguirá a sociedade civil empenhar-se para pressionar a classe política nesse sentido?

Seria muito agradável responder a essas perguntas com um entusiástico, “Yes, we can!”. Mas acho que todos sabemos que estes desafios requerem mais ação e menos retórica.

Espero que este estudo contribua para uma ação mais concertada. Agradeço desde já ao Senhor Ministro da Economia por nos honrar com a sua participação, um sinal do reconhecimento quer do nível de importância deste estudo, quer do papel determinante que atribui ao investimento privado para o futuro do nosso País.

Obrigada.

Isabel Mota